



## O MERCADO EDITORIAL DE LITERATURA PARA CRIANÇAS E JOVENS PERANTE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À LEITURA

Bruna dos Santos Pinheiro  
Graduada em Biblioteconomia e Documentação/UFF  
Graduanda em Letras - Português e Literaturas/UFF  
Pós-graduanda em Literatura Infantojuvenil e em Leitura e Produção de Textos/ UFF  
E-mail: bruna\_s\_pinheiro@yahoo.com.br

Maíra Gonçalves Lacerda  
Doutoranda em Design/PUC-Rio  
Professora Colaboradora do curso de Especialização em Literatura Infantojuvenil/ UFF  
E-mail: maira\_lacerda@hotmail.com

### RESUMO

O presente artigo é parte integrante do projeto de monografia do curso de Especialização em Literatura Infantojuvenil, realizado na Universidade Federal Fluminense, que tem como objetivo mostrar a influência e a relevância das Políticas Públicas Brasileiras de Fomento à Leitura perante o Mercado Editorial de Literatura Infantojuvenil, tendo como objeto de estudo a Lei Nº 10.753/03 (Lei que institui a Política Nacional do Livro) e o Projeto de Lei Nº 49/15 (Política Nacional do Livro e regulação de preços). Os dois documentos legais analisados possuem como proposta promover o amplo acesso à Leitura, assegurando ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro. Procurando identificar, em termos quantitativos, qual a influência exercida pelas políticas públicas de fomento à leitura para o mercado editorial de literatura para crianças e jovens. Foram analisados os dados de compras governamentais de livros desse nicho da Pesquisa FIDE (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica) sobre produção e venda do setor editorial brasileiro, dos anos de 2006 e de 2016. Foram escolhidos esses dois anos para se avaliar o que mudou em termos de investimento governamental no período de uma década e, a partir dessa análise, observou-se que as nuances do governo brasileiro influenciaram diretamente nas compras de livros infantis e juvenis. Por meio de levantamento teórico sobre a importância da leitura literária para a formação de crianças e jovens, foi possível compreender a necessidade que a sociedade brasileira possui de mais incentivo e criação de Políticas Públicas que promovam a leitura no ambiente escolar e social. Dessa forma, concluiu-se que as Políticas Públicas de incentivo à Leitura vão além de dar acesso ao objeto livro, elas incentivam o mercado editorial a produzir material de qualidade, com profissionais qualificados, que entendam a necessidade da produção Infantojuvenil.

**Palavras Chave:** Mercado Editorial, Políticas Públicas de Fomento à Leitura, Literatura Infantojuvenil.

## **ABSTRACT**

This article is an integral part of the monograph project of the Specialization Course in Children and Youth Literature, held at the Federal Fluminense University, which aims to show the influence and relevance of the Brazilian Public Policies for Promotion to Reading before the Editorial Market of Children and Youth Literature, having as object of study Law No. 10,753 / 03 (Law establishing the National Book Policy) and Bill No. 49/15 (National Book Policy and price regulation). The two legal documents analyzed have the purpose of promoting broad access to reading, ensuring the citizen's full exercise of the right of access and use of the book. In order to identify, in quantitative terms, the influence exerted by the public policies of promotion to the reading for the publishing market of literature for children and young people. The data of government purchases of books from this niche of the FIDE Research (Institute of Economic Research Foundation) on the production and sale of the Brazilian publishing industry, from 2006 and 2016 were analyzed. These two years were chosen to evaluate what changed in terms of government investment in the period of a decade and, from this analysis, it was observed that the nuances of the Brazilian government had a direct influence on the purchase of children's and youth books. Through a theoretical survey on the importance of literary reading for the formation of children and young people, it was possible to understand the need that Brazilian society has of more incentive and creation of Public Policy that promote reading in the school and social environment. In this way, it was concluded that the Public Policies to encourage reading go beyond giving access to the object book, they encourage the publishing market to produce quality material, with qualified professionals, who understand the need of production Children and Youth.

**Keywords:** Editorial Market, Public Policies to Promote Reading, Children and Youth Literature.

## INTRODUÇÃO

A partir do projeto monográfico desenvolvido para a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Literatura Infantojuvenil, surgiu a oportunidade de se pesquisar a importância das Políticas Públicas de fomento à leitura perante o mercado editorial e a sociedade. Dessa forma, o projeto visou trabalhar a Lei Nº 10.753/03 (Lei que institui a Política Nacional do Livro) e o Projeto de Lei Nº 49/15 (Política Nacional do Livro e regulação de preços), buscando identificar a relevância social desses dois documentos legais.

Para análise da Lei que institui a Política Nacional do Livro, teremos por base as tabelas de produção e vendas do setor editorial brasileiro elaboradas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), conforme acordo de cooperação técnica com a Câmara Brasileira do Livro (CBL) e com Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL), onde será analisado o número de exemplares do mercado editorial referente a produção de livros de Literatura Infantil e Juvenil. Foram selecionados, como recorte, os anos de 2006 e 2016, onde iremos ver através de gráficos o desenvolver das aquisições de livros infantis e juvenis feitas pelo Governo Federal Brasileiro, e apontaremos as nuances do Governo nesses dez anos, tanto politicamente quanto economicamente, que influenciaram tais compras. Já no caso do Projeto de Lei Nº 49/15, serão analisadas as obras isentas da precificação, que são obras destinadas à instituições e entidades que possuam subsídio público, e os principais motivos para que se determine o preço único do livro de acordo com o projeto.

Ambos os documentos analisados possuem o objetivo de promover a leitura e assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro. Logo, iremos analisar por meio dos dados coletados a importância da parceria Governo Federal X Mercado Editorial. Mostrando que através do incentivo à leitura e ao acesso ao livro é possível criar oportunidades e melhorias para toda sociedade.

Pois ao facilitar o acesso ao livro e ao conhecimento os índices de leitores iram crescer, podendo acarretar uma diminuição na evasão escolar, possibilitando aos cidadãos acesso que muitas vezes fica restrito as classes mais altas da sociedade.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Sendo o livro um instrumento de aquisição fundamental de conhecimento, que trafega entre as áreas da cultura e da educação, possuindo relevante papel no desenvolvimento econômico e estrutural brasileiro, podemos afirmar que o mercado livreiro e editorial são alguns dos maiores propulsores do processo de consolidação da educação, cultura e informação no país.

Portanto, é preciso ter critérios seguros para abordar o problema dos bens incompressíveis, seja do ponto de vista individual, seja do ponto de vista social. Do ponto de vista individual, é importante a consciência de cada um a respeito, sendo indispensável fazer sentir desde a infância que os pobres e desvalidos têm o direito aos bens materiais (e que portanto não se trata de exercer caridade), assim como as minorias têm direito à igualdade de tratamento. Do ponto de vista social é preciso haver leis específicas garantindo esse modo de ver (CANDIDO, 2011, p. 175).

Nesse cenário, cabe a nós professores, bibliotecários e mediadores de leitura incentivar e cultivar a implementação de uma leitura de qualidade e não uma literatura midiática como apontado por Colasanti:

Mas a voracidade do mercado que nos ameaça é também nossa garantia, pois não há nenhum segmento que ela despreze. E é para essa voracidade que devemos nos voltar. De que ela se alimenta? De demanda. Então, como em certas lutas marciais que usam a força do inimigo para derrubá-lo, o jeito é agir sobre a demanda. Há vários meios para isso. O melhor e o mais antigo é ainda aquele que todos nós conhecemos: educar o gosto desde a infância para que mais leitores exijam obras literárias de qualidade e obriguem o mercado a fornecê-las. (COLASANTI, 2012, p. 76)

Acredita-se que, por meio do incentivo à leitura, é possível formar leitores críticos mais exigentes quanto à qualidade dos livros que consome; logo, formando um mercado editorial mais consciente das exigências de seus consumidores e comprometido com a produção de objetos-livro com maior valor literário. Contudo, vale ressaltar que ao realizar compras de livros infantis e juvenis, o Governo Federal convoca especialistas com o objetivo de selecionar livros de qualidade e adequados às especificidades de cada programa específico.

Como exposto por Silvia Castrillón,

A leitura, cito novamente Emilia Ferreiro (2002), é um direito, não é luxo, nem uma obrigação. Não é um luxo das elites que possa ser associado ao prazer e à recreação, tampouco uma obrigação imposta pela escola. É o direito de todos que, além disso, permite um exercício pleno da democracia. (CASTRILLÓN, 2011, p. 19)

A partir desse raciocínio, trago o Projeto de Lei Nº 49/15 (Política Nacional do Livro e regulação de preços), que tem por objetivos e diretrizes:

- I. Fomentar o livro como bem cultural;
- II. Garantir que sua oferta seja acessível ao grande público pelo estímulo à leitura, pluralidade de pontos de venda e maior disponibilidade do bem em todo o território nacional.

Cabendo a esse projeto, de autoria da Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), promover a inclusão e incentivar a leitura perante todos cidadãos, ao determinar que todo livro receberá da editora precificação única por prazo de 1 ano, a partir de seu lançamento ou importação. Até o momento a votação feita pelo site do Senado Federal sobre esse Projeto de Lei tem uma rejeição de 85,97%.

A Senadora e os defensores desse Projeto afirmam que o livro não irá encarecer, mas sim torná-lo mais acessível à maior parte da população, pois segundo eles diminuindo a fixando preços fora dos padrões normais de concorrência será possível não só reduzir os preços praticados, como também aumentar o universo de leitores, pois as livrarias teriam incentivo extra para manter uma oferta maior de títulos em suas

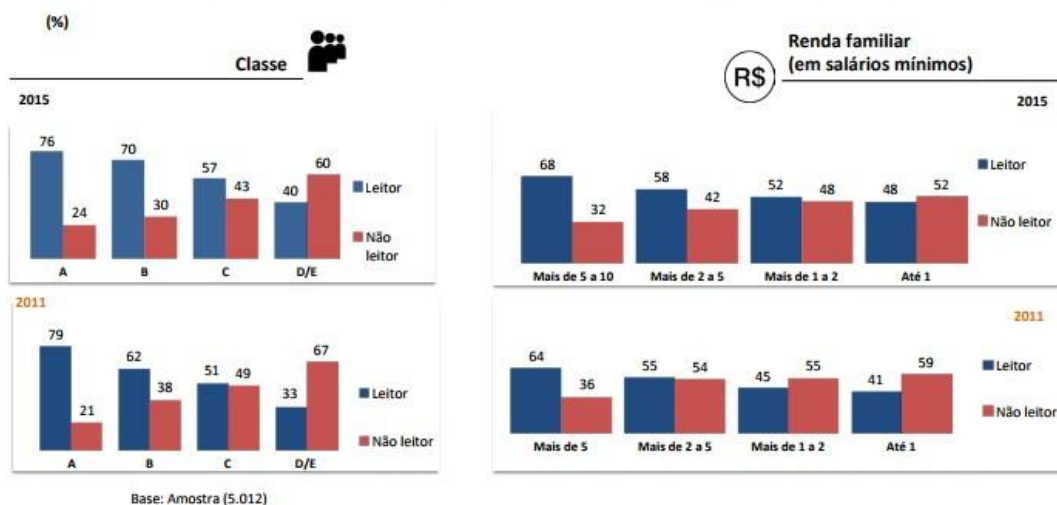
prateleiras. Através desse discurso o Projeto obteve o parecer favorável de Lindbergh Faria, relator na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Quanto ao mérito, entendemos que o projeto de lei em exame merece ser aprovado. A fixação do preço mínimo de venda ao consumidor final, durante prazo determinado, assegura igualdade de tratamento ao fornecedor livreiro, colaborando para o aumento do mercado de livros nacional. (Senador Lindbergh Farias - PT)

De acordo com os dados oferecidos pela ANL (Associação Nacional de Livrarias), há no Brasil cerca de 2980 livrarias, sendo 70% de pequeno e médio porte. Com a implantação desse Projeto espera-se aumentar este número para mais ou menos 4900 livrarias.

A lei do preço fixo poderá ajudar a diminuir ainda mais o preço do livro no Brasil e fazer com que possamos alcançar índices de leitores tão desejados por todos. Basta que o mercado reveja seus acordos comerciais e não seja preciso praticar a vulgarização de preços (Ednilson Xavier vice-presidente da Associação Nacional de Livrarias).

### Perfil do leitor e não leitor – Classe e renda familiar



Fonte: Retratos da Leitura no Brasil 4

Tendo como base a revista Retratos da Leitura no Brasil 4, do ano de 2015, é possível analisar que houve um aumento de leitores que tem renda familiar de até 1 salário mínimo assim como tem mais de 1 até 2 salários mínimos. Logo, se o projeto visa dar um valor justo do livro para o consumidor final, que no qual é o leitor, acredita-se que o número de leitor irá crescer trazendo assim oportunidades para aqueles que não possuem uma facilidade de acesso aos livros.

A leitura é uma absorção de todas as informações recebidas através de um texto em qualquer suporte e o

processamento cognitivo de construção de significados para o leitor que o reconduz à leitura. Cada leitor tem sua própria maneira de interpretar a leitura e cada interpretação é única, independente da obra, do meio que é disseminada ou formato que é registrada. A leitura tem o poder de transformar o pensamento e mudar um indivíduo em vários aspectos da sua vida. Portanto a leitura é e sempre será o melhor meio de impulsionar o conhecimento (SILVIA, 2012, p.44).

Acredita-se que a partir desse projeto é possível fomentar a produção intelectual nacional e a facilitação ao acesso da cultura impressa ou digital no país. Como exposto pelo Projeto de Lei Nº 49/15 “A fixação do preço do livro (em lançamento) visa garantir que a oferta de livros seja acessível ao grande público, através do estímulo à existência de um maior número de pontos de venda, do incremento à leitura e pela implementação das demais proposições do PNLL. ” Como exposto Berenblum (2006, p.24), entende-se ser uma tarefa de Estado, possibilitar o acesso a todos, democratizando os meios que podem contribuir para a redução da desigualdade.

## **MERCADO EDITORIAL**

Através da Lei Nº 10.753/03 (Lei que institui a Política Nacional do Livro), buscou-se trabalhar algumas diretrizes da Lei e posteriormente analisar a importância dela no fomento do mercado editorial.

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional do Livro, mediante as seguintes diretrizes:

I - Assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro;

II - O livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida;

III - Fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;

IV - Estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais;

V - Promover e incentivar o hábito da leitura;

VI - Propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial;

VII - Competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais;

VIII - Apoiar a livre circulação do livro no País;

IX - Capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda

Art. 13. Cabe ao Poder Executivo criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, ampliar os já existentes e implementar, isoladamente ou em parcerias públicas ou privadas, as seguintes ações em âmbito nacional:

I - Criar parcerias, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura, com a participação de entidades públicas e privadas;

II - Estimular a criação e execução de projetos voltados para o estímulo e a consolidação do hábito de leitura, mediante:

a) revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de literatura nas escolas;

b) introdução da hora de leitura diária nas escolas;

c) exigência pelos sistemas de ensino, para efeito de autorização de escolas, de acervo mínimo de livros para as bibliotecas escolares;

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p. 02).

Buscando compreender como as diretrizes da Lei Nº 10.753/03 influenciaram o mercado editorial, procurou-se na pesquisa elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) dados a respeito da produção e vendas do setor editorial brasileiro.

A pesquisa elaborada pela FIPE foi escolhida pois nela é possível analisar os dados referentes as compras feitas pelo governo para o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e aos exemplares produzidos pelo mercado editorial no ano de 2006 e 2016. Foram escolhidos os anos de 2006 e 2016 por possuir um intervalo de dez anos e pela última pesquisa feita pela FIPE sobre a Produção e vendas do setor editorial brasileiro ser referente ao ano de 2016. Sendo assim, a pesquisa mais recente até o momento.

No ano de 2006 os dados para essa pesquisa foram coletados por meio de um questionário distribuído a um cadastro atualizado de 545 editoras, na sua maioria associados do SNEL e da CBL, que formaram a base das informações utilizadas para análise da dinâmica do Setor editorial. No ano de 2016 o número de editoras a contribuírem para a pesquisa não foi divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas

Econômicas, o que não permitiu analisar se houve um aumento ou uma diminuição no número de editoras participantes.

<b>TEMA</b>	<b>NÚMERO DE EXEMPLARES</b>
<i>Literatura Infantil</i>	12.808.625
<i>Literatura Juvenil</i>	7.548.441
<b>TOTAL</b>	20.357.066

*Tabela 1 - Tabela referente aos exemplares produzidos pelo mercado no ano de 2006, de acordo com classificação por área temática – 2006. Fonte: Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas (FIPE)*

<b>TEMA</b>	<b>NÚMERO DE EXEMPLARES</b>
<i>Literatura Infantil</i>	16.621.398
<i>Literatura Juvenil</i>	10.201.932
<b>TOTAL</b>	26.823.330

*Tabela 2 - Tabela referente compra aos exemplares produzidos no ano de 2016, de acordo com a classificação por área temática – 2016. Fonte: Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas (FIPE)*

As tabelas 1 e 2 são referentes aos exemplares produzidos em 2006 e 2016 respectivamente e sobre a temática em literatura infantil e juvenil, os são dados oferecidos pela FIPE sobre os respectivos anos.

<b>ANOS</b>	
2006	20.357.066
2016	26.823.330
<b>TOTAL</b>	6.466.264

*Tabela 3 - Tabela referente ao aumento de exemplares produzidos.*

Na tabela 3 é possível identificar um aumento com relação ao ano de 2006 e 2016 dos exemplares produzidos nesse intervalo de 10 anos dos livros de literatura infantil e juvenil.



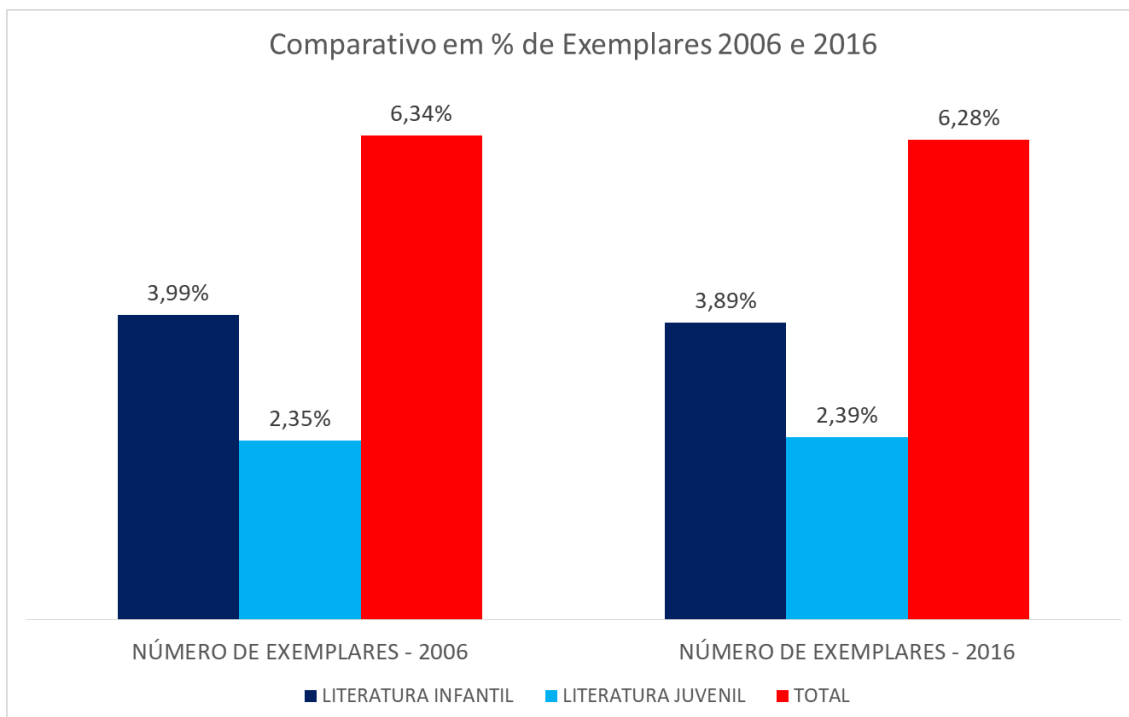


Gráfico referente ao comparativo de exemplares produzidos em 2006 e 2016

O gráfico comparativo em porcentagem sobre os exemplares produzidos nos anos de 2006 e 2016 tem como base a pesquisa feita pela FIPE onde o total é referente a todos os exemplares produzido em cada respectivo ano apresentado no gráfico através da porcentagem. O que mostra que no ano de 2006 os exemplares de Literatura Infantil foram mais produzidos do que em 2016 levando em consideração o valor em porcentagem. De acordo com Wethein (2008, p. 48) é por meio dos livros que se chega ao conhecimento e este é caminho para que “os conflitos naturais da vida em sociedade resultem em crescimento do bem-estar e redução das desigualdades”.

A leitura e a escrita deixam de se associar à mera habilidade de reconhecimento e de manipulação das letras do alfabeto. São instrumentos para se inserir na realidade, para compreendê-la e, também, para alterá-la, como ferramentas do entendimento. Ler e escrever não são apenas habilidades estabelecidas em torno da decodificação; muito mais do que isso, saber ler e escrever significa apropriar-se das diversas competências relacionadas à cultura orientada pela palavra escrita, para, dessa forma, atuar nessa cultura e, por decorrência, na sociedade como um todo (SCHOLZE e RÖSING, 2007, p.9).

De acordo com o portal do Ministério da Educação o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência.

O PNBE se divide em três ações: PNBE literário onde engloba crônicas, romances, ensaios, peças de teatro entre outros, o PNBE periódico que engloba revistas de conteúdo metodológico e didático e o PNBE que tem como objetivo opiar a prática pedagógica dos professores. Contudo, Paiva e Berenblum levanta um questionamento importante sobre esse programa,

(...) a partir do trabalho de campo da *Avaliação Diagnóstica do PNBE* necessariamente impõem reflexões sobre essas competências de leitura, porque, como se pôde constatar, o trabalho escolar baseia-se principalmente em livros didáticos, e é pouco frequente o desenvolvimento de atividades com outros tipos de texto. A simples distribuição de livros nas escolas não mudará, portanto, as práticas pedagógicas em relação ao uso de livros de literatura nem a apropriação e a construção de novos sentidos a partir da leitura. Nos casos em que esses materiais são utilizados, o trabalho pedagógico continua marcado por uma forte tendência à decomposição de textos para o estudo de gramática prescritiva, em busca de respostas corretas e únicas interpretações para a leitura. (...) A disponibilidade de textos literários e de obras de referência na cultura escolar não é suficiente para transformar as práticas pedagógicas privadas e autoritárias instaladas nas escolas visitadas (PAIVA e BERENBLUM, 2009, p. 182).

**PROGRAMAS FNDE**

**EXEMPLARES VENDIDOS**

*PNBE*

7.213.547

*Tabela 4 – Tabela referente aos exemplares vendidos para os programas do Governo 2006. Fonte: Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas (FIPE)*

**PROGRAMAS FNDE**

**EXEMPLARES VENDIDOS**

*PNBE*

4.600.959

*Tabela 5 – Tabela referente aos exemplares vendidos para os programas do Governo 2016. Fonte: Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas (FIPE)*

O objetivo de se apresentar a tabela 4 e 5 é mostrar que mesmo esses exemplares não sendo todos de literatura infantil e juvenil, uma parte é referente a essa temática logo, possível notar que houve uma diminuição em 2016 referente à compra de exemplares para o Programa Nacional Biblioteca da Escola e conseqüentemente uma diminuição no acervo de literatura infantil e juvenil.

Uma política pública não se limita, portanto à distribuição de didáticos nem a livros de literatura, nem apenas ao ensino fundamental, mas deve acompanhar a

permanecer como diretriz fundante de toda a educação básica, nos diversos níveis e modalidades, pela compreensão de que ler e escrever com compreensão e autonomia são processos fundadores para a formação do cidadão crítico e criativo que exercita seu estar no mundo de forma qualificada e competente em sociedades grafocêntricas (PAIVA, 2010, p.536).

De acordo com os dados expostos, nota-se uma diminuição na compra de livros do Programa PNBE, e conseqüentemente no lucro do mercado editorial com relação as compras feitas pelo Governo Federal. Acreditamos que uma das possibilidades desse fato estar ocorrendo conseqüência da instabilidade do Governo a partir das eleições presidenciais de 2014 e posteriormente ao processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff acarretado pelo Golpe. Como exposto por Ceccantini,

O PNBE adquiriu, em anos intercalados, milhões de livros juvenis, distribuindo-os a escolas públicas de ensino fundamental II e de ensino médio de todo o território nacional ao longo de uma década aproximadamente, numa iniciativa que, certamente, começa a mostrar, de forma gradual, alguns resultados positivos quanto à formação de leitores, embora haja muito ainda por fazer (CECCANTINI, 2015, p.88).

Logo, acredita-se que com a continuidade do investimento é possível crescer o Programa, no entanto não é o que vem ocorrendo com o decorrer dos anos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A implantação de Políticas Públicas de incentivo à leitura é de essencial importância pois, através delas é possível alcançar um maior número de crianças e jovens no contato com a leitura e do conhecimento. Pois como aponta Ferreira (2016, p.79) a Competência em Informação transforma os indivíduos em seres sociais, detentores do próprio saber, transformando-os em agentes ativos e autônomos no que tange à informação, produção e disseminação do conhecimento em sua potencialidade.

Cabe ao governo em todos os seus níveis de atuação (municipal, estadual e federal) o dever de promover ações e políticas para o desenvolvimento da leitura e do aprendizado, nesse sentido projetos como o Projeto de Lei Nº 49/15, se for de fato aplicado de forma coerente e responsável, ajudará a facilitar o acesso ao livro independente da condição econômica de cada cidadão. Contudo, preciso que a sociedade fiscalize esses Projetos para que eles não sejam suspensos ou aniquilados por questões políticas pois, ao ocorrer uma ruptura na aplicação desses projetos como por exemplo o PNBE, dificilmente será reestruturada pois ocorrendo a suspensão muitos alunos não terão acesso a um livro de qualidade, levando em consideração que falamos de escolas públicas onde os investimentos são baixos e as situações normalmente precárias.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BERENBLUM, Andréa. **Por uma política de formação de leitores**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. **Decreto-lei nº 10.753**, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.753.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm)>. Acesso em: 04 de nov. 2017.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 49**, de 2015. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=2922744&disposition=inline>>. Acesso em: 04 de nov. 2017.

CANDIDO, Antônio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Editora Pulo do gato, 2011.

COLASANTI, Marina. **Como se fosse um cavalo**. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012.

FERREIRA, Adam Felipe; SARDELARI, Íris Marques Tavares; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. Políticas públicas e ações de incentivo à leitura promovidas por organizações empresariais sob a ótica da responsabilidade social. **Biblioteca Escolar em Ribeirão**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 64-82, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2016.110279>>. Acesso em: 04 de nov. 2017.

FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

PAIVA, Jane. BERENBLUM, Andréa. Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 173-188, jan/abr de 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072009000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 04 de nov. 2017.

PAIVA, Jane. De políticas públicas de leitura à formação de leitores: caminho suave?. In: DALBEN, Ângela (et al.). **Coleção Didática e Prática de Ensino – Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 523-548.

PRODUÇÃO e vendas do setor brasileiro 2006. **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas**. São Paulo, jul. 2007.

PRODUÇÃO e vendas do setor brasileiro 2016. **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas**. São Paulo, 2015.

SCHOLZE, Lia. RÖSING, Tania M. K. **Teorias e práticas de letramento**. Brasília: INEP, 2007.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, 2002.

WETHEIN, J. Leitura e cidadania. In: AMORIN, G. **Retratos da leitura do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.